EDITAL PARA O PROCESSO SELETIVO 2º/2012

Coordenador: Prof. Dr. Paulo de Barros Carvalho

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Marco Antonio Marques da Silva

Estarão abertas, no período de **09/04/2012 a 11/05/2012**, as inscrições para o processo seletivo destina-se ao Mestrado Acadêmico em Direito, ao Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e em convênio com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em conformidade com o Edital nº 020/2010/CAPES/CNJ e com a Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010, da CAPES e ao Mestrado/Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.).

A inscrição de candidatos ao curso de Mestrado Acadêmico será aberta somente aos portadores de diploma de curso de Graduação em Direito, reconhecidos pelo MEC, observadas as normas e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as exigências prescritas no Regimento do Setor de Pós-Graduação.

A inscrição de candidatos ao curso de Mestrado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) será aberta aos portadores, respectivamente, de diploma de Graduação em Direito, reconhecido pelo MEC/CAPES, observadas as normas e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as exigências prescritas no Regimento do Setor de Pós-Graduação.

A inscrição de candidatos ao curso de Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) será aberta as portadores, respectivamente, de diploma de Graduação e Mestrado em Direito, reconhecidos pelo MEC/CAPES, observadas as normas e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as exigências prescritas no Regimento do Setor de Pós-Graduação.

A inscrição de candidatos ao curso de Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO"será aberta as portadores, respectivamente, de diploma de Graduação e Mestrado em Direito, reconhecidos pelo MEC/CAPES, observadas as normas e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as exigências prescritas no Regimento do Setor de Pós-Graduação.

1. CORPO DOCENTE E ESTRUTURA CURRICULAR

- A estrutura curricular e o corpo docente dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu estão disponíveis na página da internet http://pos.pucsp.br/programas/direito

2. FICHA DE INSCRIÇÃO

- A ficha de inscrição somente será obtida por meio do endereço eletrônico.
- Para o preenchimento da ficha de inscrição o candidato deverá **no período de 09 de abril a 11 de maio de 2012**:

  - Acessar http://si2.pucsp.br;
  - Clicar em login e em usuário: digitar **inscricaopos** (escrito em minúsculo);
  - Preencher a senha com: **022012**;
  - Seguir as instruções para o preenchimento e impressão da ficha.

Observações:

1. O candidato deverá obedecer aos prazos estabelecidos neste Edital.
2. Somente o pagamento da taxa **NÃO** configura a efetivação da inscrição. É necessário anexar os documentos solicitados neste Edital e encaminha-los à Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação.
3. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Instituição do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos.
4. O candidato (a) que tenha qualquer tipo de necessidade especial deverá informar no campo específico da ficha de inscrição.

3. DO CANDIDATO ESTRANGEIRO

- O candidato estrangeiro deverá, obrigatoriamente, ter o "visto de estudante" (visto IV). Não serão aceitos candidatos com "visto de turista".
- Caso seja aprovado no processo de seleção, o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar no ato da matricula acadêmica, o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou protocolo emitido pela Polícia Federal, que deverá ser renovável até a finalização do curso.

- O diploma de Graduação obtido no exterior terá que ter sido revalidado, segundo a legislação vigente, exceto quando se tratar de convênios internacionais.
- O candidato estrangeiro, além de cumprir os demais itens do processo de seleção e admissão, deve demonstrar suficiência em língua portuguesa e deverá apresentar o certificado do CELP-BRAS http://portal.mec.gov.br. Inicialmente será aceito o protocolo de inscrição no exame, para posterior apresentação do resultado.
- A seleção será efetuada de forma idêntica à dos candidatos brasileiros, ressalvados os casos de convênios e acordos internacionais.
- Em qualquer outra situação não contemplada nos itens anteriores, deverá ser consultada a Consultoria de Assessoria Técnica e Jurídica da PUCSP.

4. TAXA DE INSCRIÇÃO

- Valor de **R$ 280,00 (Duzentos e oitenta reais).**
  (O Boleto será impresso somente após o preenchimento da ficha)
- O comprovante de pagamento deverá ser apresentado no ato da Inscrição.
- Não haverá devolução da taxa de inscrição.

Nota: Os ex-alunos que concluíram Graduação, Especialização ou Mestrado na PUC-SP estão isentos da taxa de inscrição. Para certificação da isenção pela Secretaria Acadêmica, é necessário que o(a) candidato(a) apresente cópia do certificado/diploma de conclusão juntamente com a documentação relacionada no item 5.1.

5. MESTRADO Acadêmico — 286 VAGAS

MESTRADO/DOUTORADO no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) — 04 VAGAS

DOUTORADO no Projeto "CNJ ACADÊMICO" — 01 VAGA

5.1. DOCUMENTAÇÃO

A documentação para inscrição no processo seletivo deverá, obrigatoriamente, conter:

- Ficha de inscrição (impressa e assinada);
- Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- Comprovante de inscrição no exame de Proficiência em Língua Estrangeira (http://www.concursos.pucsp.br) ou comprovação conforme o item 10 deste edital;
- 1 foto 3x4 recente e previamente colada na ficha de inscrição;
- (*) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- (*) Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- (*) Cópia da Cédula de Identidade (RG);
- (*) Cópia do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) – **Candidato Estrangeiro** (vide item 3 deste edital);
- (*) Cópia do Diploma de Graduação devidamente registrado, contendo informação do ato legal de reconhecimento, ou certificado de conclusão do curso com indicação da colação de grau. Se o candidato entregar cópia do certificado de conclusão do curso, deverá apresentar, até 01 (um) ano após a matrícula inicial, a cópia do diploma de graduação, sob pena de cancelamento retroativo da matrícula (Mestrado e Doutorado);
- (*) Cópia do Histórico Escolar do Curso de Graduação (Mestrado e Doutorado);
- (*) Cópia do Diploma de Mestrado expedido por Programa reconhecido pela CAPES ou ata de defesa de dissertação de Mestrado, acompanhada do certificado de Reconhecimento do Curso pelo MEC/CAPES, juntamente com o diploma de graduação. Se o candidato entregar cópia da ata de defesa da dissertação de Mestrado, deverá apresentar até 01 (um) ano, após a matrícula inicial, a cópia do diploma de mestre, sob pena de cancelamento retroativo da matricula (Somente Doutorado).
- (*) Cópia do Histórico Escolar do Mestrado (Somente Doutorado).
- Currículo Lattes Atualizado (Plataforma Lattes – CNPQ – http://lattes.cnpq.br/);
- Projeto de pesquisa com aderência aos projetos do professor que pretende ter como orientador (Não deverá ter parecer do orientador, pois o mesmo analisará o projeto durante o processo seletivo).

O Projeto de pesquisa deve conter no mínimo as seguintes informações:

a) Indicar na capa o nome do Professor que pretende ter como orientador (Apenas um orientador);
b) Título do projeto (o título deve conter o tema da pesquisa);
c) Problema da pesquisa (situar o problema de maneira circunstanciada e formular sua indagação de pesquisa);
d) Objetivo geral – definir qual o objetivo da pesquisa e depois os meios – objetivos específicos para atingir o objetivo geral;
e) Justificativa – dizer da relevância da pesquisa utilizando uma bibliografia básica;

f) Metodologia da pesquisa – neste item deve formular os meios para levantar as informações necessárias ao projeto – se dados secundários dizer as fontes desses dados; se primários dizer quais os instrumentos de pesquisa;

g) Bibliografia – elencar segundo as normas da ABNT a bibliografia utilizada.

- (*) Cópia de Comprovante de Residência.

(*) As Cópias deverão ser autenticadas ou cópias simples sendo, neste caso, obrigatória a apresentação dos originais para confrontação, no momento da inscrição.

Somente para os candidatos ao Mestrado/Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.)

- Projeto de pesquisa obrigatoriamente desenvolvido dentro dos objetivos do Convênio PUC-SP e VALE S.A., dos objetivos gerais e específicos do projeto do professor que pretende ter como orientador disponível no link http://pos.pucsp.br/convenio_pucsp_e_vale e atendendo o enfoque proposto na ementa descrita neste edital relativamente ao projeto escolhido pelo candidato.

Somente para os candidatos ao Doutorado no Projeto "CNJ ACADÊMICO" da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e em convênio com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em conformidade com o Edital nº 020/2010/CAPES/CNJ e com a Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010, da CAPES

- Não possuir vínculo empregatício ou estar liberado das atividades profissionais e sem percepção de vencimentos;
- Não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada;
- Não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do Programa de Pós-Graduação;
- Residir na cidade onde realiza o curso;
- O não atendimento obrigatório a qualquer um dos requisitos constantes neste artigo acarreta na imediata eliminação do(a) candidato(a) à bolsa pleiteada.

- Projeto de tese de Doutorado de no máximo 384 linhas, contendo os seguintes dados: a) Problemática e Objetivos; b) Metodologia de pesquisa e, c) Referências bibliográficas mais relevantes

O projeto deverá se enquadrar na seguinte área temática: "Conselho Nacional de Justiça: Atuação, Competências e Interfaces", na forma do item 2, subitem 4, do Edital nº 020/2010/CAPES/CNJ, a seguir transcrito:
"Atuação, competências e interfaces do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com os demais órgãos do Poder Judiciário e dos outros Poderes: desde sua criação o Conselho Nacional de Justiça vem adquirindo significativa visibilidade em função das mudanças que vem proporcionando no seio do Poder Judiciário brasileiro. Conjuntamente com essa crescente visibilidade e com o escopo de atuação do Conselho cada vez mais ampliado, surgem inevitavelmente questionamentos, dúvidas, debates e reclamações a respeito do limite de sua atuação e sobre o alcance de suas competências. Essas questões assumem relevância singular para um órgão novo, em processo de consolidação institucional, cuja área de atuação tem significativa probabilidade de se sobrepor à de outros órgãos mais tradicionais. O estudo do presente tema, nesse sentido, é de suma importância. Outros aspectos ou subtemas particularmente interessantes nesta área são:

- Limites das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em função de suas atribuições constitucionais;
- Interfaces das atribuições do Conselho Nacional de Justiça com os demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Tribunal de Contas da União);
- Efetividade das decisões do CNJ em função do desafio de sua consolidação institucional;
- Papel do CNJ no combate à corrupção no Poder Judiciário".

Deve também ser apresentado no ato da inscrição:

- Exposição de motivos para o pedido de bolsa de estudos.
- Apresentar declaração de que não possui vínculo empregatício ou de que está liberado das atividades profissionais sem percepção de vencimentos e que não possui nenhum outro tipo de bolsa;
- Declaração de que não é funcionário/servidor da PUC-SP ou da Universidade Presbiteriana Mackenzie;
- Comprovante de residência em seu nome (luz, água, telefone ou gás).
- Declaração de que o candidato está ciente de suas responsabilidades caso seja selecionado nos termos do presente edital.

Dos compromissos do aluno bolsista para o Projeto CNJ-Acadêmico

- Dedicação integral às atividades regulares do Programa de Pós-Graduação em Direito para desenvolver estudos e projeto de pesquisa (seminários, atividades programadas, participação em congressos, participação em núcleo de pesquisa, etc);
- Apresentar bom desempenho acadêmico, ou seja, não ter nenhuma reprovação;
- Depositar a tese no prazo máximo de 46 meses para o doutorado, a contar da concessão de bolsa e respeitando o prazo limite do curso, haja

vista necessidade de defesa dentro do prazo máximo de 48 meses para o doutorado;

- Apresentar relatório parcial das atividades desenvolvidas, inclusive com qualquer alteração de endereço, telefone e e-mail, com parecer fundamentado do(a) orientador(a), até o último dia útil do mês de junho (referente às atividades desenvolvidas no primeiro semestre) e último dia útil do mês de dezembro, conforme calendário institucional (referente às atividades desenvolvidas no segundo semestre), impreterivelmente, enquanto durar a bolsa, sob pena de perdê-la de forma irrevogável. A manutenção/continuidade da bolsa está condicionada à avaliação desses relatórios;
- Anexar ao relatório mencionado o comprovante de matrícula atualizado do semestre em curso bem como histórico escolar;
- Publicar, durante a vigência da bolsa, no mínimo um texto jurídico a cada 6 meses comprovando essa produção por meio da entrega de exemplar ou fotocópia da publicação, ou, documento comprobatório da iminência de sua publicação sob pena de perda da bolsa de forma irrevogável;
- Manter o currículo atualizado na Plataforma Lattes;
- Estar à disposição do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, para realizar atividades extracurriculares relacionadas ao Projeto e indicadas pela Coordenação;
- Autorizar a publicação eletrônica da tese na Biblioteca Digital da PUC-SP – conforme Portaria nº. 013/2006 do MEC – "Art. 5º: o financiamento de trabalho com verba pública, sob forma de bolsa de estudo ou auxílio de qualquer natureza concedido ao Programa, induz à obrigação do mestre ou doutor apresentá-lo à sociedade que custeou a realização, aplicando-se a ele as disposições desta Portaria".

Bolsa: Projeto CNJ-Acadêmico

Bolsa CAPES/Demanda Social - Modalidade I (Doutorado) – bolsas integrais para candidatos que não possuam vínculo empregatício ou que comprovem o afastamento de suas atividades, e que compreende os seguintes benefícios: recebimento de ajuda de custo no valor de R$ 1.800,00 + Isenção do pagamento das mensalidades.

5.2. DA INSCRIÇÃO

1. Carteira de Habilitação **não** substituirá CPF e RG.
2. Perderá o direito à vaga o candidato que:
   - Não entregar todos os documentos exigidos neste Edital;

- Não participar do processo seletivo, de acordo com as datas estabelecidas no Edital;
- Não for portador do título de bacharel em Direito;
- Não for portador do título de Mestre em Direito (Somente para os candidatos ao Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e ao Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.));
- Não apresentar comprovante de inscrição no exame de Proficiência em Língua Estrangeira ou comprovação conforme o item 10 deste edital

3. A documentação exigida poderá ser entregue pessoalmente na Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação ou enviada pelo Correio (via-sedex).
4. No caso de envio da documentação pelo Correio, a data de postagem deverá ser até o **dia 04 de maio de 2012**.
5. Endereço para envio da documentação via correio:

   Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
   Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação
   INSCRIÇÃO PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
   Rua Ministro de Godoy, 969- 4o andar – sala 4B-03
   Cep. 05015-001 – São Paulo –SP

5.3 VAGAS DISPONÍVEIS NOS PROJETOS E NÚCLEOS DE PESQUISA:

I – apresentar projeto de pesquisa com aderência aos projetos do professor que pretende ter como orientador e indicar apenas o nome de um único professor orientador na capa de seu projeto de pesquisa;

II - o candidato poderá inscrever-se somente em um único Núcleo de Pesquisa.

Projeto Temático Direito Minerário Ambiental – Convênio PUC-SP e VALE S.A.

Nome do Projeto: Cavidades naturais subterrâneas

Ementa: o projeto visa contribuir para a identificação constitucional do patrimônio ambiental e cultural tutelado, os sítios de valor

arqueológico e ecológico, a preservação e exploração econômica, a proteção constitucional da biodiversidade e do patrimônio cultural, as interferências das atividades de mineração nas cavidades naturais subterrâneas e recursos naturais relacionados previstos na legislação do patrimônio cultural e ambiental.

Total de vagas no sub-projeto: (03 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- André Ramos Tavares
  (01 vaga Doutorado)
- Regina Vera Villas Boas
  (2 vagas para Mestrado)

Nome do Projeto: Mudanças climáticas

Ementa: o projeto busca fomentar o estudo comparado das diversas legislações existentes, tanto internacional, quanto nacional (federal e estadual) versando sobre as mudanças climáticas e estabelecer critérios de efetividade das mesmas, sugerindo alterações ou adequações, quando possível; e busca promover a ampliação das políticas de sustentabilidade nas empresas, especialmente no setor da mineração, entidades não-governamentais, na imprensa e na sociedade, através da análise e do aprimoramento das questões tributárias, contratuais e compensatórias que envolvem as RCE´s.

Total de vagas no sub-projeto: (01 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Ricardo Hasson Sayeg
  (1 vagas para Mestrado)

Prova de Conhecimentos Jurídicos: Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista: Data: 23/05/2012 – 09h00min

Bibliografia para Prova de Conhecimentos Jurídicos (comum aos projetos temáticos acima)

Livros

- ANTUNES, Paulo Bessa. *Direito Ambiental*. 12. ed. ampl. reform. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. (última edição, preferencialmente).

- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva (última edição, preferencialmente).

- MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*.17. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros editores, 2009. (última edição, preferencialmente).

- MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência*. Glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais (última edição, preferencialmente)

- SABBAG, Bruno Kerlakian. *O Protocolo de Quioto e Seus Créditos de Carbono – manual jurídico brasileiro de mecanismos de desenvolvimento limpo*. São Paulo, LTr.

- SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros (última edição, preferencialmente)

- SUSLICK, Saul B. MACHADO, Iran F. FERREIRA, Doneivan F. *Recursos minerais e sustentabilidade*. Campinas, SP: Komedi, 2005. (p. 84 a 112)

- YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. *Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos*. 1. ed. 2 tiragem. rev. atual. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006. (p. 86 – 95)

Periódicos

1. BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Plano Nacional de Mineração 2030. Brasília, 2011. http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2011/PNM_2030.pdf
2. IBRAM. Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira. 5ª Edição. 2010. (http://www.ibram.org.br/) (link: Produção Mineral Brasileira).

Texto disponível na Internet

As normas protetivas das cavidades naturais subterrâneas e a ação direta de inconstitucionalidade referente ao Decreto 6.640/08.

http://www.nima.puc-rio.br/grupos-pesquisa/nimajur/arquivos/comentarios_NIMA-Jur_prote%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica_cavernas.pdf

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

Legislação AMBIENTAL: (não comentada – consulta livre)

- Constituição Federal 1988: art. 22, XII; art. 24, VI; art. 176; art. 170; e, art. 225.

- Código de Mineração e suas alterações.

- Decreto nº 62.934/68 (aprova o Regulamento do Código de Mineração).

- Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).

- Resolução CONAMA nº 09/90.

- Resolução CONAMA nº 10/90.

- Resolução CONAMA nº 237/97.

- Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e Protocolo de Quioto.

- Lei nº 12.187, de 29.12.2009, que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

- Decreto nº 7.390, de 10/12/2010.

- Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305, de 02/08/2010 e Decreto nº 7.404, de 23/12/2010)

- Decreto nº 99.556/90, com redação do Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008 (proteção das cavidades naturais subterrâneas).

- Instrução Normativa Ministério do Meio Ambiente nº 02, de 20 de agosto de 2009.

Observação:

os candidatos selecionados nos projetos acima, como fomento à pesquisa e à produção científica, terão ajuda de custo no valor de R$ 1.200 no nível de Mestrado (22 meses) e R$ 1.800 no nível de Doutorado (42 meses), e verbas para aquisição de material de pesquisa

bibliográfica, para pesquisa de campo e participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos, na forma e nos limites estabelecidos no convênio e respectivos projetos temáticos, e autorizados pelo professor orientador.

Serão conferidos prêmios aos melhores trabalhos de mestrado (R$ 15 mil) e doutorado (R$ 25 mil) no final do convênio PUCSP/VALE.

Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e em convênio com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em conformidade com o Edital nº 020/2010/CAPES/CNJ e com a Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010, da CAPES.

Atuação, competências e interfaces do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com os demais órgãos do Poder Judiciário e dos outros Poderes: desde sua criação o Conselho Nacional de Justiça vem adquirindo significativa visibilidade em função das mudanças que vem proporcionando no seio do Poder Judiciário brasileiro. Conjuntamente com essa crescente visibilidade e com o escopo de atuação do Conselho cada vez mais ampliado, surgem inevitavelmente questionamentos, dúvidas, debates e reclamações a respeito do limite de sua atuação e sobre o alcance de suas competências. Essas questões assumem relevância singular para um órgão novo, em processo de consolidação institucional, cuja área de atuação tem significativa probabilidade de se sobrepor à de outros órgãos mais tradicionais. O estudo do presente tema, nesse sentido, é de suma importância. Outros aspectos ou subtemas particularmente interessantes nesta área são:

- limites das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em função de suas atribuições constitucionais;
- interfaces das atribuições do Conselho Nacional de Justiça com os demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Tribunal de Contas da União);
- efetividade das decisões do CNJ em função do desafio de sua consolidação institucional;
- papel do CNJ no combate à corrupção no Poder Judiciário.

Total de vagas: (01 vaga)

Professores disponíveis para orientação:

- André Ramos Tavares
- Marco Antônio Marques da silva

Prova de Conhecimentos Jurídicos **Data: 18/05/2012 – 14h00min**

Entrevista e defesa oral do projeto **Data: 21/05/2012 – 11h00min**

Bibliografia Indicada:

PELEJA JUNIOR, Antonio Veloso. Conselho Nacional de Justiça e a Magistratura. 2ª Ed. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

SAMPAIO, José Adercio Leite. Conselho Nacional de Justiça e a Independência do Judiciário. Belo Horizonte: Del Rey. 2007.

TAVARES, André Ramos. Manual do Poder Judiciário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 10. ed. 2012.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta na prova escrita.

Núcleos de Pesquisa (Somente para Mestrado Acadêmico):

Núcleo de Pesquisa em Direito Administrativo

Linha de Pesquisa:

- efetividade do Direito Público e limitações da intervenção estatal.

Total de vagas no núcleo (08 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Carlos Ari Sundfeld

  Projetos:

  - Fundamentos do Sistema Constitucional Administrativo Brasileiro;
  - Tutela e Efetividade dos Direitos do Administrado.

- Dinorá Adelaide Musetti Grotti

  Projetos:

  - Fundamentos do Sistema Constitucional Administrativo Brasileiro;
  - Tutela e Efetividade dos Direitos do Administrado.

- Silvio Luis Ferreira Da Rocha

  Projetos:

  - Fundamentos do Sistema Constitucional Administrativo Brasileiro;
  - Formas Contemporâneas de Atuação da Administração Pública e seu Impacto nas Atividades Administrativas de Fomento, Serviço Público, Intervenção e Controle.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 24/05/2012 – 10h00min

Bibliografia Indicada:

- BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. *Princípios Gerais de Direito Administrativo*. 3ª edição, volume I, Introdução. São Paulo: Malheiros.

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 28ª edição. São Paulo: Malheiros.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta na prova escrita.

Núcleo de Pesquisa em Direito Constitucional

Linha de Pesquisa:

- efetividade do Direito Público e limitações da intervenção estatal

Total de vagas no núcleo (14 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- André Ramos Tavares

  Projetos:

  - a abertura dos direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988;
  - hermenêutica e justiça constitucional.

- Antonio Carlos Mendes

  Projetos:

  - inelegibilidade eleitoral;
  - a Filosofia da Constituição.

- Celso Fernandes Campilongo

  Projeto:

  - hermenêutica e justiça constitucional.

- Luiz Alberto David Araújo

  Projetos:

  - minorias e inclusão social;
  - hermenêutica e justiça constitucional.

- Maria Garcia

  Projetos:

- a intertextualidade do Direito Educacional e a hermenêutica desde Kant, Heidegger, Adorno e Gadamer.

• Roberto Baptista Dias da Silva

Projetos:

- a abertura dos direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988;
- hermenêutica e justiça constitucional.

• Silvia Carlos da Silva Pimentel

Projetos:

- a abertura dos direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988;
- a Filosofia da Constituição.

• Vidal Serrano Nunes Júnior

Projetos:

- a abertura dos direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988;
- minorias e inclusão social.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 21/05/2012 - 14h00min

Bibliografia Indicada:

- BASTOS, Celso Ribeiro. *Hermenêutica e Interpretação Constitucional*. São Paulo: Editora Celso Bastos, 2002. (Capítulos V e IX)*

- HESSE, Konrad. *Escritos de Derecho Constitucional*. Madrid: Centro de Estúdios Constitucionales, 1983. ("La Interpretación Constitucional")*

- STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica Jurídica e(m) Crise. Porto Alegre: Editora do Advogado, 2004. (Capítulo 11)*

(*) Nota - Xerocopias na Copiadora e Encadernadora da APG – Associação dos Pós-Graduandos da PUC-SP - Rua Ministro Godoy, 969 - 4º andar – Prédio Reitor Bandeira de Mello – PUC-SP.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- Constituição Federal de 1988 (SEM COMENTÁRIOS OU ANOTAÇÕES).

Núcleo de Pesquisa em Direito Tributário

Linha de Pesquisa:

- efetividade do Direito Público e limitações da intervenção estatal.

Total de vagas no núcleo (36 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Clarice Von Oertzen de Araújo

  Projetos:

  - teoria da norma e fenomenologia da incidência tributária.

- Elizabeth Nazar Carrazza

  Projetos:

  - obrigação tributária e o impacto na sociedade;
  - análise do ICMS sob a perspectiva constitucional.

- Estevão Horvath

  Projetos:

  - teoria da norma e fenomenologia da incidência tributária;
  - obrigação tributária e o impacto na sociedade.

- José Artur Lima Gonçalves

  Projetos:
  - obrigação tributária e o impacto na sociedade.

- Paulo de Barros Carvalho

  Projeto:

  - teoria da norma e fenomenologia da incidência tributária.

- Regina Helena Costa

  Projetos:

  - teoria da norma e fenomenologia da incidência tributária;
  - obrigação tributária e o impacto na sociedade.

- Renato Lopes Becho

  Projetos:

  - teoria da norma e fenomenologia da incidência tributária;
  - obrigação tributária e o impacto na sociedade;
  - análise do ICMS sob a perspectiva constitucional.

- Roque Antônio Carrazza

  Projetos:

  - obrigação tributária e o impacto na sociedade.

Prova de conhecimentos jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 23/05/2012 – 19h00min

Bibliografia Indicada:

- ADEODATO, João Maurício. *Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo*. São Paulo: Noeses.

- ARAÚJO, Clarice Von Oertzen. *Semiótica do Direito*. São Paulo: Quartier Latin.

- ARAÚJO, Clarice Von Oertzen. *Incidência Jurídica - Teoria e Crítica*. São Paulo: Noeses.

- BARRETO, Paulo Ayres. *Contribuições – Regime Jurídico, Destinação e Controle*. São Paulo: Noeses.

- CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Quartier Latin.

- CARVALHO, Aurora Tomazini. *Curso Teoria Geral do Direito*. São Paulo: Noeses.

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Derivação e Positivação no Direito Tributário*. São Paulo: Noeses.

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. São Paulo: Noeses.

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário – Fundamentos Jurídicos da Incidência*. São Paulo: Saraiva.

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva.

- DERZI, Misabel. *Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário*. São Paulo: Noeses.

- FERRAGUT, Maria Rita. *Responsabilidade Tributária e o Código Civil de 2002*. São Paulo: Noeses.

- GAMA, Tacio Lacerda. *Competência Tributária - Fundamentos para uma Teoria da Nulidade*. São Paulo: Noeses.

- MOUSSALLEM, Tárek Moysés. *Revogação em Matéria Tributária*. São Paulo: Noeses.

- TOMÉ, Fabiana Del Padre. *A prova no Direito Tributário*. São Paulo: Noeses.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- Não será permitido nenhum tipo de consulta na prova escrita.

Núcleo de Pesquisa em Direito Urbanístico

Linha de Pesquisa:

- efetividade do Direito Público e limitações da intervenção estatal.

Total de vagas no núcleo (09 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Daniela Campos Libório Di Sarno

  Projetos:

  - interfaces do Direito Urbanístico, Ambiental e Administrativo no que concerne a processo de licenciamento à luz da discriminação constitucional de competência;

  - o sistema urbanístico na Constituição de 1988.

- Nelson Saule Júnior

  Projetos:

  - interfaces do Direito Urbanístico, Ambiental e Administrativo no que concerne a processo de licenciamento à luz da discriminação constitucional de competência.
  - o sistema urbanístico na Constituição de 1988.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 25/05/2012 – 15h00min

Bibliografia Indicada:

- DI SARNO, Daniela Campos Libório. *Elementos de Direito Urbanístico*. São Paulo: Editora Manole, 2002.

- *Estatuto da Cidade: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos*. Publicação do Instituto Polis. São Paulo: 2001. Fonte: www.polis.org.br

- DALLARI, Adilson Abreu e FERRAZ, Sérgio. *Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal 10257/2001)*. 3ª edição atualizada. São Paulo: Malheiros Editores.

- SAULE, Nelson. *Proteção Jurídica da Moradia nos Assentamentos Irregulares*. Porto Alegre: Editora Sérgio Antônio Fabris.

- SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- legislação sem comentários.

Núcleo de Pesquisa em Direito Civil

Linha de Pesquisa:

- efetividade do Direito privado e tutela das liberdades civis.

Total de vagas no núcleo (14 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Eduardo Pellegrini De Arruda Alvim

  Projetos:

  - as relações jurídicas privadas e a dignidade da pessoa humana;
  - arbitragem e mediação - efetividade do Direito através de meios alternativos de solução de conflitos.

- Francisco José Cahali

  Projetos:

  - as relações jurídicas privadas e a dignidade da pessoa humana;
  - arbitragem e mediação - efetividade do Direito através de meios alternativos de solução de conflitos.

- Giovanni Ettore Nanni

  Projeto:

  - as relações jurídicas privadas e a dignidade da pessoa humana.

- José Manoel de Arruda Alvim Netto

  Projeto:

  - as relações jurídicas privadas e a dignidade da pessoa humana.

- Renan Lotufo

  Projeto:

  - as relações jurídicas privadas e a dignidade da pessoa humana.

- Rogério José Ferraz Donnini

  Projetos:

  - as relações jurídicas privadas e a dignidade da pessoa humana;
  - arbitragem e mediação - efetividade do Direito através de meios alternativos de solução de conflitos.

- Rosa Maria B. B. Andrade Nery

  Projetos:

  - as relações jurídicas privadas e a dignidade da pessoa humana;
  - arbitragem e mediação - efetividade do Direito através de meios alternativos de solução de conflitos.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 25/05/2012 – 19h00min

Bibliografia Indicada:

- ARRUDA, Alvim. *Comentários ao Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense:, 2009. Vol. XI , Tomo I (Livro Introdutório ao Direito das Coisas) e Tomo II (Comentários aos arts. 1.196 a 1.224), 2009.

- DINIZ, Maria Helena. *Sistema de registros de imóveis*. São Paulo: Saraiva, 2009.

- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Atlas, 2012.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- legislação sem comentários ou anotações.

Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado

Linha de Pesquisa:

- efetividade do Direito privado e tutela das liberdades civis.

Total de vagas no núcleo (10 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi

  Projeto:

  - Direito à Liberdade como Direito da Personalidade.

- Odete Novais Carneiro Queiroz

  Projeto:

  - Direito à Liberdade como Direito da Personalidade.

Prova de conhecimentos jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 23/05/2012 – 9h00min

Bibliografia Indicada:

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. 3. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.
- DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2012. (arts. 417 a 853)

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- Código Civil (sem comentários ou anotações).

Núcleo de Pesquisa em Direito Econômico

Linha de pesquisa:

- efetividade dos Direitos de terceira dimensão e tutela da coletividade, dos povos e da humanidade

Total de vagas no núcleo (03 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Ricardo Hasson Sayeg

  Projeto:

  - capitalismo humanista.

- Nelson Nazar

  Projeto:

  - capitalismo humanista.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 22/05/2012 – 9h30min

Bibliografia Indicada:

- NAZAR, Nelson. *Direito Econômico*. São Paulo: Edipro, 2004.
- SAYEG, Ricardo Hasson e BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista*. Petrópolis: KBR, 2011.
- TAVARES, André Ramos. *Direito Constitucional Econômico*. São Paulo: Método, 2011.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta.

Núcleo de Pesquisa em Direito Comercial

Linha de Pesquisa:

- efetividade do Direito privado e tutela das liberdades civis.

Total de vagas no núcleo (19 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

- Fábio Ulhoa Coelho

  Projetos:

  - o conhecimento do Direito Comercial como tecnologia;
  - Direito da Propriedade Intelectual.

- Ivo Waisberg

  Projetos:

  - o conhecimento do Direito Comercial como tecnologia.

- Jose Roberto D'affonseca Gusmão

  Projetos:

  - o conhecimento do Direito Comercial como tecnologia;
  - Direito da Propriedade Intelectual.

- Manoel de Queiroz Pereira Calças

  Projeto:

  - o conhecimento do Direito Comercial como tecnologia.

- Marcus Elidius Michelli de Almeida

  Projetos:

  - o conhecimento do Direito Comercial como tecnologia;
  - Direito da Propriedade Intelectual.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 21/05/2012 – 19h00min

Bibliografia Indicada:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 2012. Vols. 1, 2 e 3.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta.

Núcleo de Pesquisa em Direito das Relações Econômicas Internacionais

Linha de Pesquisa:

- efetividade dos Direitos de terceira dimensão e tutela da coletividade, dos povos e da humanidade.

Total de vagas no núcleo (08 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

• Antônio Márcio Da Cunha Guimarães

Projeto:

- repercussões jurídicas decorrentes da globalização econômica.

• Carlos Roberto Husek

Projeto:

- repercussões jurídicas decorrentes da globalização econômica.

• Claudio Finkelstein

Projeto:

- repercussões jurídicas decorrentes da globalização econômica.

Prova de conhecimentos jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 21/05/2012 – 19h00min

Bibliografia Indicada:

- BROWNLIEM, Ian. *Principles of Public International Law*. Seventh Edition. Oxford University Press, 2008.

- CASSESSE, Antonio. *International Law*. Second Edition. Oxford University Press, 2005.

- FINKELSTEIN, Cláudio. *Direito Internacional*. Vol. 25. Editora Atlas, 2007.

- HUSEK, Carlos Roberto. *Curso de Direito Internacional Público*. 11ª Ed. Editora LTR, 2012.

- GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. *Tratados Internacionais*. Editora Aduaneiras, 2009.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta.

Núcleo de Pesquisa em Direito Difusos e Coletivos

Linha de pesquisa:

- efetividade dos Direitos de terceira dimensão e tutela da coletividade, dos povos e da humanidade.

Total de vagas no núcleo (27 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

• Clarissa Ferreira Macedo D`Isep

Projeto:

- fundamentos e efetividade da tutela dos direitos coletivos;
- tutela ambiental: interdisciplinaridade e efetividade.

• Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Projeto:

- fundamentos e efetividade da tutela dos direitos coletivos;
- tutela ambiental: interdisciplinaridade e efetividade.

• Gilson Delgado Miranda

Projeto:

- fundamentos e efetividade da tutela dos direitos coletivos.

• Marcelo Gomes Sodré

Projeto:

- tutela ambiental: interdisciplinaridade e efetividade;
- fundamentos e efetividade da tutela dos Direitos Coletivos;
- aspectos relevantes da tutela jurisdicional do consumidor.

• Patrícia Miranda Pizzol

Projeto:

- fundamentos e efetividade da tutela dos Direitos Coletivos;
- aspectos relevantes da tutela jurisdicional do consumidor.

• Regina Vera Villas Bôas

Projeto:

- fundamentos e efetividade da tutela dos Direitos Coletivos.

• Suzana Maria Pimenta Catta Preta Federighi

Projeto:

- aspectos relevantes da tutela jurisdicional do consumidor;
- fundamentos e efetividade da tutela dos direitos coletivos.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 21/05/2012 – 19h00min

Bibliografia Indicada:

- NERY JUNIOR, Nelson e ANDRADE NERY, Rosa Maria. *Constituição Federal Comentada e legislação constitucional*. 2.ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

- NERY JUNIOR, Nelson e ANDRADE NERY, Rosa Maria. *Leis Civis Comentadas.* 2.ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

- NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal.* 10.ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

- GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JUNIOR, Nelson. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10ª. ed. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

- MILARÉ, Edis. *Direito do Ambiente*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- Não será permitido nenhum tipo de consulta na prova escrita.

Núcleo de Pesquisa em Direito do Trabalho

Linha de pesquisa:

- efetividade dos direitos de terceira dimensão e tutela da coletividade, dos povos e da humanidade.

Total de vagas no núcleo (16 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

• Carla Teresa Martins Romar

Projetos:

- tutela e efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho;
- efetivação dos direitos fundamentais pela negociação coletiva.

- Paulo Sérgio João

  Projetos:

  - tutela e efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho;
  - efetivação dos direitos fundamentais pela negociação coletiva.

- Pedro Paulo Teixeira Manus

  Projetos:

  - tutela e efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho;
  - efetivação dos direitos fundamentais pela negociação coletiva.

- Renato Rua De Almeida

  Projetos:

  - tutela e efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho;
  - efetivação dos direitos fundamentais pela negociação coletiva.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 23/05/2012 – 10h00min

Bibliografia Indicada:

- JOÃO, Paulo Sérgio. *Participação nos lucros ou resultados das empresas*. São Paulo: Dialética, 1998.

- ALMEIDA, Renato Rua. *A teoria da empresa e a regulação de emprego no contexto da empresa*. In Revista LTr., São Paulo, vol. 69, número 5, maio de 2005, páginas 573-580.

- MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Negociações coletivas e contrato individual do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2001.

- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de Direito Sindical*. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta na prova escrita.

Núcleo de Pesquisa em Direito Penal

Linha de pesquisa:

- tutela penal e efetividade processual das liberdades.

Total de vagas no núcleo (17 vagas)

Professores disponíveis para orientação

• Antonio Carlos Da Ponte

Projetos:

- Tutela Penal e Princípios Constitucionais Penais;
- sanções penais e seus modos de execução.

• Dirceu De Mello

Projetos:

- Tutela Penal e Princípios Constitucionais Penais;
- sanções penais e seus modos de execução.

• Guilherme De Souza Nucci

Projetos:

- Tutela Penal e Princípios Constitucionais Penais;
- sanções penais e seus modos de execução.

• Oswaldo Henrique Duek Marques

Projetos:

- Tutela Penal e Princípios Constitucionais Penais;
- sanções penais e seus modos de execução.

Prova de conhecimentos jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 21/05/2012 – 15h30min

Bibliografia Indicada:

1. Aníbal Bruno – *Direito Penal*
2. Basileu Garcia – *Instituições de Direito Penal*
3. Claus Roxin – *Problemas fundamentais de Direito Penal*
4. Francisco de Assis Toledo – *Princípios básicos de Direito Penal*
5. Giuseppe Bettiol – *Diritto Penale*
6. Giuseppe Maggiore – *Diritto Penale*
7. Günther Jakobs – *Derecho Penal*
8. José Frederico Marques – *Tratado de Direito Penal*
9. Luigi Ferrajolli – *Direito e razão*
10. Luiz Luisi – *Princípios de Direito Penal*
11. Nelson Hungria – *Comentários ao Código Penal*
12. Paulo José da Costa Júnior – *Direito Penal*
13. Pietro Nuvolone – *Corso di Diritto Penale*
14. Reinhart Maurach – *Tratado de Derecho Penal*
15. Roberto Lyra – *Comentários ao Código Penal*

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- legislação sem comentários ou anotações.

Núcleo de Pesquisa em Direito Previdenciário

Linha de pesquisa:

- efetividade dos direitos de terceira dimensão e tutela da coletividade, dos povos e da humanidade.

Total de vagas no núcleo (11 vagas)

Professores disponíveis para orientação

• Heloisa Hernadez Derzi

Projetos:

- os benefícios previdenciários de prestação continuada;
- contribuição para o financiamento da seguridade social.

• Miguel Horvath Júnior

Projetos:

- os benefícios previdenciários de prestação continuada;
- contribuição para o financiamento da seguridade social.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 24/05/2012 – 16h30min

Bibliografia Indicada:

- BALERA, Wagner. *Noções Preliminares de Direito Previdenciário*. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2010.
- BALERA, Wagner. *Sistema de Seguridade Social*. 5. ed. São Paulo: LTr, 5ª edição, 2009.
- PERSIANI, Mattia. *Direito da Previdência Social*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta na prova escrita.

Núcleo de Pesquisa em Direito Processual Civil

Linha de pesquisa:

- efetividade do Direito Privado e tutela das liberdades civis.

Total de vagas no núcleo (20 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

• Arlete Inês Aurelli

Projetos:

- tutela e grau de eficácia e imperatividade das medidas processuais – cognição não exauriente;

- instrumentalidade do processo e sistemas de proteção coletiva.

• Cássio Scarpinella Bueno

Projeto:

- tutela e grau de eficácia e imperatividade das medidas processuais – cognição não exauriente;

- instrumentalidade do processo e sistemas de proteção coletiva;

- estudos dos vícios do processo - vias de impugnação.

• Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Projeto:

- tutela e grau de eficácia e imperatividade das medidas processuais – cognição não exauriente;

- instrumentalidade do processo e sistemas de proteção coletiva;

- estudos dos vícios do processo - vias de impugnação.

• José Manoel de Arruda Alvim Netto

Projetos:

- tutela e grau de eficácia e imperatividade das medidas processuais – cognição não exauriente;

- instrumentalidade do processo e sistemas de proteção coletiva;

- estudos dos vícios do processo - vias de impugnação.

• Nelson Luiz Pinto

Projetos:

- sistema processual brasileiro de proteção dos direitos da criança e das relações familiares;

- tutela e grau de eficácia e imperatividade das medidas processuais – cognição não exauriente;

- instrumentalidade do processo e sistemas de proteção coletiva.

• Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim

Projetos:

- estudos dos vícios do processo - vias de impugnação;

- tutela e grau de eficácia e imperatividade das medidas processuais – cognição não exauriente;

- instrumentalidade do processo e sistemas de proteção coletiva.

Prova Escrita Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 25/05/2012 – 15h30min

Bibliografia Indicada:

- NERY JR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. São Paulo: Editora RT.

- ARRUDA ALVIM, José Manuel. *Manual de Direto Processual Civil*. São Paulo: Editora RT.

- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*. São Paulo: Editora RT.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- legislação sem comentários ou anotações.

Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos

Linha de pesquisa:

- Ética, linguagem e justiça.

Total de vagas no núcleo (06 vagas)

Professores disponíveis para orientação

• Wagner Balera

Projetos:

- efetividade do Direito ao desenvolvimento no quadro dos Direitos Humanos.

• Willis Santiago Guerra Filho

Projetos:

- fundamentos de uma epistemologia jurídica dos Direitos Humanos.

Prova de Conhecimentos Jurídicos Data: 18/05/2012 – 14h00min

Entrevista Data: 24/05/2012 – 14h30min

Bibliografia Indicada:

- BALERA, Wagner (coord.). *Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 2ª ed., São Paulo: Conceito, 2011.

- BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. *O Capitalismo Humanista*. São Paulo: KBR, 2011.

- BERTOLDI, Márcia R.; SPOSATO, Karyna B. (orgs). *Direitos Humanos: entre a utopia e a contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

- BIELEFELDT, Heiner. *Filosofia dos direitos humanos: fundamentos de um ethos de liberdade universal*. Tradução de Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

- GUERRA FILHO, Willis Santiago. P*rocesso Constitucional e Direitos Fundamentais*. 6ª ed., São Paulo: SRS, 2009.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não será permitido nenhum tipo de consulta na prova escrita.

Núcleo de Pesquisa em Filosofia do Direito

Linha de Pesquisa:

- Ética, Linguagem e Justiça.

Total de vagas no núcleo (40 vagas)

Professores disponíveis para orientação:

• Antonio Carlos Mendes

Projetos:

- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.

• Celso Fernandes Campilongo

Projetos:

- o Direito sob a óptica da lógica e da linguagem;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.

• Cláudio De Cicco

Projetos:

- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.

• Gabriel Benedito Issaac Chalita

Projetos:

- o Direito sob a óptica da lógica e da linguagem;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.
- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça.

• Luiz Sérgio Fernandes de Souza

Projetos:

- o Direito sob a óptica da lógica e da linguagem;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica;
- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça.

• Marcelo Souza Aguiar

Projetos:

- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica;
- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça.

• Márcia Cristina de Souza Alvim

Projetos:

- o Direito sob a óptica da lógica e da linguagem;
- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.

• Márcio Alves da Fonseca

Projetos:

- o Direito sob a óptica da lógica e da linguagem;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.

• Márcio Pugliesi

Projetos:

- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.

• Maria Celeste Cordeiro Leite Santos

Projetos:

- ética, Direito e política como elementos essenciais à efetivação da justiça;
- a natureza interdisciplinar da ciência do Direito na atualidade: adesão e repulsa.

• Tércio Sampaio Ferraz Júnior

Projetos:

- o Direito sob a óptica da lógica e da linguagem;
- o Direito sob a óptica da epistemologia, ontologia e axiologia jurídica.

Prova Escrita Data: 18/05/2012 – 14:00 horas

Entrevista Data: 21/05/2012 – 09:00 horas

Bibliografia Indicada:

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 10 ed., Brasília: UnB, 1997.
- FERRAZ Júnior, Tércio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito, Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito*. São Paulo: Atlas, 2002
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.
- HEGEL, G.W.F. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KELSEN, Hans. *O Problema da Justiça*. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PERELMAN, Chaïm. *Tratado da Argumentação - A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- REALE, Miguel. *Cinco Temas do Culturalismo*. São Paulo: Saraiva, 2000.

Material que poderá ser consultado na prova escrita:

- não há restrição quanto à consulta do material bibliográfico.

5.4. PROCESSO DE SELEÇÃO

5.4.1 - Exame de Proficiência em Língua Estrangeira (Observar atentamente o item 10 deste edital)

- Prova de Conhecimentos Jurídicos
- Entrevista
- Análise da documentação

5.4.2 Apenas para o CNJ Acadêmico

- Além dos requisitos acima haverá defesa oral do projeto perante a Comissão de Bolsas CNJ Acadêmico logo após a entrevista.

5.4.2.1.- Dos critérios utilizados para a seleção do(a) candidato(a)

- No processo seletivo, a Comissão de Bolsas deve analisar os projetos de estudos apresentados, avaliando principalmente:
- A capacidade técnica do projeto;
- A factibilidade temporal do projeto e disponibilidade do doutorando para a pesquisa;
- As condições econômicas do(a) candidato(a) pleiteante;

5.4.3 LOCAL DAS PROVAS:

- As provas e as entrevistas serão realizadas no Campus Monte Alegre.

- O candidato deverá comparecer com antecedência de 1 (uma) hora para verificar a sala;

- Rua Ministro Godói, 969 - Prédio Bandeira de Mello – 4º andar – Perdizes.

6. RESULTADO DA SELEÇÃO:

- 01 de junho de 2012

7. CANDIDATOS REPROVADOS

- Data para retirada de documentos dos candidatos reprovados: 18/06/2012 a 27/07/2012, com os secretários do Programa das 10hs às 18hs, após esta data os mesmos serão eliminados.

8. MATRÍCULA ACADÊMICA (Mestrado Acadêmico, Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e Mestrado/Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.)

- O candidato classificado que não efetuar a matricula acadêmica na data estipulada no item 8.1 e não assinar o Contrato de Prestação de Serviço Educacional da Instituição perderá o direito à vaga.
- A matrícula nos Programas de Pós-Graduação será semestral e o pagamento dar-se-á através de mensalidades.
- O valor da mensalidade é independente da quantidade de créditos a serem cursados. Os valores serão reajustados, conforme determinações legais vigentes.
- O aluno estará regularmente matriculado após a confirmação do pagamento da sua matrícula pelo setor financeiro da Universidade.

8.1. DATA DA MATRÍCULA:

- Dias 14 e 15/06/2012 - Horário: das 9h30 às 19h30
- Rua Ministro de Godói, 969 – 4ºSala 4B-03 – Prédio Bandeira de Mello – Perdizes.

9. VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

- O processo seletivo, objeto do presente Edital, será valido somente para o ingresso no Mestrado Acadêmico em Direito, no Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" no Mestrado/Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) que terá início no segundo semestre de 2012.

10. EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

- Conforme art. 151, § 1º e § 2º, do Regimento da Faculdade de Direito da PUC-SP, o candidato ao Mestrado em Direito da PUC-SP deve comprovar proficiência em 1 (um) dos seguintes idiomas para ingresso no curso: Espanhol, Inglês, Francês, Italiano e Alemão. Deve, para tanto, comprovar sua proficiência mediante a apresentação dos seguintes documentos: declaração de aprovação emitida pela USP (quando realizado proficiência na USP); certificado do Nível II dos cursos instrumentais já concluídos oferecidos pela COGEAE/PUC-SP; declaração de aprovação da prova realizada pela Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da PUC-SP; ou Comprovante de Inscrição para a prova da Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da PUC-SP – http://www.concursos.pucsp.br/

- Conforme art. 151, § 1º e § 2º, do Regimento da Faculdade de Direito da PUC-SP, o candidato ao Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO", ao Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) em Direito da PUC-SP deve comprovar proficiência em 2 (dois) dos seguintes idiomas para ingresso no curso: Inglês, Francês, Italiano e Alemão.

A-)CANDIDATO AO DOUTORADO COM PROFICIÊNCIA EM DUAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS:

- Caso o candidato possua proficiência em duas línguas estrangeiras exigidas para ingresso no curso de Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e ou de Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) em Direito da PUC-SP (inglês, francês, italiano ou alemão), obtida por ocasião da realização de curso de Mestrado em Direito reconhecido pela Capes, referida proficiência deverá ser comprovada no ato de inscrição ao processo seletivo do curso de Doutorado em Direito da PUC-SP, mediante a apresentação de histórico, declaração ou certidão do curso de Mestrado, em que conste a informação da aprovação na proficiência dos idiomas a serem aproveitados.

- A proficiência no idioma Espanhol não é aceita no Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e no Doutorado do Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.).

B-)CANDIDATO AO DOUTORADO COM PROFICIÊNCIA EM UMA LÍNGUA ESTRANGEIRAS:

- Caso o candidato possua proficiência em uma língua estrangeira exigida para ingresso no curso de Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e ou de Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) em Direito da PUC-SP (inglês, francês, italiano ou alemão), obtida por ocasião da realização de curso de Mestrado em Direito reconhecido pela Capes, referida proficiência deverá ser comprovada no ato de inscrição do processo seletivo do curso de Doutorado em Direito da PUC-SP mediante a apresentação de histórico, declaração ou certidão do curso de Mestrado, em que conste a informação da aprovação na proficiência do idioma a ser aproveitado.

- Neste caso, o candidato ao processo seletivo do curso de Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e ou de Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) em Direito da PUC-SP deverá realizar a prova de proficiência para o segundo idioma perante a Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da PUC-SP. A inscrição ao exame de proficiência em língua

estrangeira será efetuada pela internet, com o pagamento da taxa separadamente daquela cobrada para inscrição no processo seletivo. Para inscrever-se no exame de proficiência em língua estrangeira, o candidato deverá acessar o site http://www.concursos.pucsp.br e deverá seguir os passos indicados pelo próprio sistema, que permite o preenchimento da ficha de inscrição, pagamento da taxa de inscrição ou a impressão do boleto para pagamento em qualquer agência bancária durante o período reservado à inscrição e deverá comprovada sua inscrição no segundo idioma no ato da inscrição no processo seletivo. A prova será realizada pela Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da PUC-SP.

- Neste caso, se o candidato não obtiver aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira (segundo idioma) será automaticamente eliminado do processo seletivo no curso de Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e ou de Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) em Direito da PUC-SP. A Coordenação da Pós-Graduação em Direito da PUC-SP não aceitará a matrícula do candidato apenas em um idioma.

- A proficiência no idioma Espanhol não é aceita no Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e no Doutorado do Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.).

C-) CANDIDATO AO DOUTORADO SEM PROFICIÊNCIA EM NENHUMA LÍNGUA ESTRANGEIRAS:

- Caso o candidato não possua proficiência em nenhuma língua estrangeira exigida para ingresso no curso de Doutorado do Projeto "CNJ ACADÊMICO" e ou de Doutorado no Projeto Temático Direito Minerário Ambiental (Convênio PUC-SP e VALE S.A.) (inglês, francês, italiano ou alemão), a Secretaria Acadêmica de Pós-Graduação não deverá aceitar a inscrição do candidato.

11. INFORMAÇÃO

- Dúvidas Relacionadas à Documentação e Informação específica deste Edital entrar em contato com posdir@pucsp.br

ATENÇÃO:

- AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE EDITAL SÃO VÁLIDAS APENAS PARA A SELEÇÃO DE INGRESSO NO 2º SEMESTRE DE 2012. OS CANDIDATOS QUE NÃO ATENDEREM AOS ITENS CONTIDOS NO EDITAL SERÃO AUTOMATICAMENTE ELIMINADOS DO PROCESSO SELETIVO.

São Paulo, 09 de abril de 2012.

Prof. Dr. Paulo de Barros Carvalho
Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da PUC-SP

Prof. Dr. Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos
Diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP